

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025.

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DECRETO EXECUTIVO 004/2024, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, serão observados os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos, que seguem:

Data do Certame:	05 de Agosto de 2025.
Recebimento das Propostas:	Início: 08h00min do dia 21/07/2025
	Fim: 08h59min do dia 05/08/2025;
Início da Sessão de Disputa de Preços:	09h00min do dia 05/08/2025.
Tipo/Julgamento:	Menor Preço Por lote
Modo de Disputa:	Aberto
<u>REGISTRO DE PREÇO</u>	

3. DO OBJETO

3.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares para alunos, professores e servidores do Município de São José das Missões/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Os serviços deverão ser realizados em conformidade com os quantitativos e as especificações, constantes no Projeto Básico/Termo de Referência anexo a este deste edital.

3.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto, serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Gabinete do Prefeito

2003 33903000000000 1500 R\$ 77.248,08.

03 – Sec. Mun. da Administração

2005 33903000000000 1500 R\$ 55.249,47

04 – Sec. Mun. da Fazenda

2006 33903000000000 1500 R\$ 41.750,33

05 – Sec. Mun. da Agricultura

2007 33903000000000 1500 R\$ 316.324,74

06 – Sec. Mun. da Educação

2079 33903000000000 1500 R\$ 119.652,61

2079 33903000000000 1550 R\$ 44.089,75

07 – Sec. Mun. da Saúde

2092 33903000000000 1500 R\$ 204.853,27

08 – Sec. Mun. da Assistência Social

2041 33903000000000 1500 R\$ 22.63,01

09 – Sec. Mun. de obras, Urbanismo e Viação

2048 33903000000000 1500 R\$ 467.040,00

11 – Sec. Mun. do Meio Ambiente

2054 33903000000000 1500 R\$ 18.802,09

12 – Sec. Mun. da Cultura, Turismo e Desporto

2058 33903000000000 1500 R\$ 66,15

2057 33903000000000 1500 R\$ 2.738,78

13 – Sec. Mun. do Planejamento

2143 33903000000000 1500 R\$ 21.000,00

14 – Sec. Mun. de Água

2049 33903000000000 1500 R\$ 20.000,00.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

5.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação

5.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

5.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

5.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico, empresas interessadas, do ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.3. Não poderão participar deste pregão:

6.2.1. Empresa suspensa de contratar com o Município de São José das Missões/RS, e empresas Inidôneas;

6.2.2. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

6.2.3. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.4. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.2.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.6. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.2.7. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.3. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.4.1. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

6.4.2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4.3. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

6.4.4. Sob pena de desclassificação, **declaro** que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.4.5. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

6.4.6. Declaro não possuir em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

6.4.7. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.4.8. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

6.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para participar do pregão, o licitante deverá estar credenciado o Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São José das Missões - RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

7.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

7.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

7.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

7.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

8 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 8.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
- 8.1.2. Marca de cada item ofertado e ou;
- 8.1.3. Fabricante de cada item ofertado;
- 8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 8.1.5. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8.7. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

8.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.9. Os itens de propostas que eventualmente contemplem objetos que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência deste Edital serão desconsiderados.

8.10. O prazo de fornecimento é aquele previsto no Termo de Referência, independentemente do constante na proposta apresentada;

8.11. Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.12. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

8.13. Somente serão adjudicados valores iguais ou inferiores ao preço orçado pelo município.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

9.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12. A licitante poderá, **uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze)** segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, ficando a cargo do pregoeiro a análise para deferimento ou não.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (DEZ) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.21. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.23. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

9.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

9.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.24.2. empresas brasileiras;

9.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

9.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, dando prazo de **30 (trinta) minutos** para os fornecedores, se assim quiserem rever os valores já apresentados.

9.25.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que no prazo de 30 (trinta) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, a empresa deverá atualizar no sistema em campo próprio de **FORNECEDOR**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Conforme artigo 56 parágrafo 5º da Lei 14.133/2021.

9.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável e que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório e termo de referência.

10.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, **O PREGOEIRO VERIFICARÁ** o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS** e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP** (www.portaldatransparencia.gov.br/) ou (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – **TCU** (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

11.5.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.5.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de **habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo **de até 30 (trinta) minutos** sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

O pregoeiro após a fase de lances solicitará na forma eletrônica, através de diligência, no prazo de 02 (duas) horas, o envio dos documentos relativo a habilitação, abaixo relacionados, da licitante vencedora, caso ainda não tenha sido anexado ao portal, os quais serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a conformidade com o solicitado no edital. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro através de solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.14.HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.10.1. No caso de empresário **individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.10.2. Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.10.3. No caso de sociedade empresária ou empresa **individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.10.4. **Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.10.5. No caso de **sociedade simples**: **inscrição do ato constitutivo no Registro Civil** das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.10.6. No caso de **cooperativa**: **ata de fundação e estatuto social em vigor**, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.10.7. No caso de empresa ou sociedade **estrangeira em funcionamento no País**: **decreto de autorização**;

11.15. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.11.2. Cópia de Documento oficial com **foto dos ou do Presidente e Vice em se tratando de cooperativas e afins (identidade, carteira de habilitação, etc...)**

11.11.3. Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à **Dívida Ativa da União**; emitida pela Receita federal do Brasil;

11.11.4. Certidão Negativa de débitos para com a **Fazenda Estadual** do domicílio da sede da licitante;

11.11.5. Certidão Negativa de débitos para com a **Fazenda Municipal** do domicílio da sede da licitante;

11.11.6. Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)** perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

11.11.7. Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, ICMS/ISS: Inscrição Estadual ou Municipal, caso tenha, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. **A inscrição do cadastro Estadual ou municipal deverá ser comprovado com o documento legível impresso e NÃO com o Código QR, sendo passível de DESCLASSIFICAÇÃO.**

11.11.8. Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

11.11.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.11.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

Observação: Serão aceitas certidões positivas com efeito negativas. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de emissão, com exceção documentos de identidade e contrato social.

11.16.HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

11.12.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedido por órgão competente, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

11.12.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.17. ATESTADO/DECLARAÇÃO

11.13.1. O proponente deverá apresentar **Atestado ou Declaração de capacidade técnica** emitida por órgão público ou órgão privado (pessoa física ou pessoa jurídica), em papel timbrado no caso de órgão público, assinado com firma reconhecida em cartório no caso de órgão privado, onde consta a qualidade dos objetos ofertados.

11.14. PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 JUNTAR DECLARAÇÃO ANEXO III OU CERTIDÃO SIMPLIFICADA ATUALIZADA.

11.15. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser **prorrogado por igual período**, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa estiver com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 - DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante, se for o caso, deverá o licitante interessado **manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema**, sendo que será aberto o prazo de **10 minutos para manifestação no sistema compras públicas**. Conforme artigo 165 parágrafo 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos. Conforme art. 165 parágrafo 2º.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

15 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.2. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preço ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/Ata), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta inicial e aos lances ofertados e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Na hipótese de irregularidade, o adjudicado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 - DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas:

I - ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

II - MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

a) Para inconformidade LEVE

Será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a.1.) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- a.2.) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

b) Para inconformidade MODERADA

Será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- b.1) **prestação do serviço** em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b.2) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b.3) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

c) Para inconformidade GRAVE

- c.1) Será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c.2) Será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c.3) Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

d) Para inconformidade GRAVÍSSIMA

- d.1) Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto.

d.2) Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

d.3) Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da entrega dos produtos objeto desta contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

IV - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima ou 2 (duas) infrações enquadradas como grave ou 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 002/2024 ou 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, ou, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

- a) Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.
- b) As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

c) Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DARM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação nem em aquisição de todo o quantitativo.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso

tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. O Município de São José das Missões/RS, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.saojosedasmissoes.rs.gov.br.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, 16 DE JULHO DE 2025.

GILMAR WEBER TOLFO
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. Aquisição de uniformes escolares para alunos, professores e servidores do Município de São José das Missões/RS.

2 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **Modalidade:** PREGÃO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, sob a

Forma: ELETRÔNICA, com adoção do

Critério de julgamento: pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

3 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O quantitativo corresponde à demanda, conforme justificativa apresentada no ETP apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 O objeto desta licitação tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens objeto do presente certame.

LOTE	ITEM	QTD	REF	DESCRIPTIVO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	1000	UN	Camiseta manga curta , modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280gm na cor azul marinho. Nas mangas uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de	R\$ 37,35	R\$ 37.350,00

				Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça; nas costas deverá ser serigrafado a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES – RS, na cor branca em tamanho proporcional a peça.		
	2	1000	UN	Camiseta manga longa , modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280gm. Punhos em ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280gm; na cor azul marinho. Nas mangas uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça; nas costas deverá ser serigrafado a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS na cor branca em tamanho proporcional a peça.	R\$ 43,19	R\$ 43.190,00
VALOR TOTAL LOTE 01: R\$ 80.540,00						
2	1	800	UN	Calça masculina em tecido 100% poliamida com gramatura mínima de 240 gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós com elástico e cordão. Bolsos laterais convencionais e bolso traseiro. No lado direito da calça, de forma centralizada, na altura do bolso deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;	R\$ 55,41	R\$ 44.328,00
	2	800	UN	Calça feminina , no modelo flare em tecido 88% poliamida e 12 % elastano com gramatura de 360gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós de aproximadamente 7 cm com meio elástico de 4 cm de largura. No lado direito da calça, de forma centralizada, deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria	R\$ 57,04	R\$ 45.632,00

				de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;		
VALOR TOTAL LOTE 02: R\$ 89.960,00						
3	1	800	UN	Blusão com mangas , raglan em tecido 100% poliamida com gramatura de 240 gm na cor azul marinho, com ribana nos punhos e cós. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça; nas costas deverá ser serigrafado a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS na cor branca em tamanho proporcional a peça. Do ombro até o punho deverá possuir uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm.	R\$ 85,67	R\$ 68.536,00
VALOR TOTAL LOTE 03: R\$ 68.536,00						
4	1	800	UN	Jaqueta de gomos na cor azul marinho em tecido 100% poliéster, com barra normal nos punhos e cós; bolso janela; Forro em fibra na cor azul marinho em tecido 100% poliéster; Zíper de nylon destacável na cor azul marinho indo do cós até o pé da gola; Na frente lado esquerdo de quem veste deve ser bordada em suas cores originais a logo da Secretaria de Educação, medindo aproximadamente 10 cm x 10	R\$ 153,00	R\$ 122.400,00
VALOR TOTAL LOTE 04: R\$ 122.400,00						
5	1	400	UN	Bermuda feminina , em tecido 88% poliamida e 12 % elastano com gramatura de 360gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós de aproximadamente 7 cm com meio elástico de 4 cm de largura. No lado direito da bermuda, de forma centralizada, deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;	R\$ 46,33	R\$18.532,00
	2	400	UN	Bermuda masculina , em tecido 100% poliamida com gramatura de 240 gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós com elástico e	R\$ 46,00	R\$ 17.868,00

				cordão. Bolsos laterais convencionais e bolso traseiro. No lado direito da calça, de forma centralizada, deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;		
VALOR TOTAL LOTE 05: R\$ 36.400,00						
6	1	300	UN	Camiseta manga curta , modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280 gmn, na cor azul marinho. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria Municipal de Educação nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm. Para os demais funcionários deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o brasão do Município nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm.	R\$ 37,89	R\$ 11.367,00
VALOR TOTAL LOTE 06: R\$ 11.367,00						
7	1	100	UN	Jaqueta de gomos (professores) na cor azul marinho em tecido 100% poliéster, com barra normal nos punhos e cós; bolso janela; Forro em fibra na cor azul marinho em tecido 100% poliéster; Zíper de nylon destacável na cor azul marinho indo do cós até o pé da gola; Na frente lado esquerdo de quem veste deve ser bordada em suas cores originais a logo da Secretaria de Educação, medindo aproximadamente 10 cm x 10 cm.	R\$ 191,26	R\$ 19.126,00
VALOR TOTAL LOTE 07: R\$ 19.126,00						
8	1	300	UN	Camiseta manga curta , modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280 gmn, na cor azul marinho. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria Municipal de Educação nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm. Para os demais	R\$ 37,89	R\$ 11.367,00

				funcionários deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o brasão do Município nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm.		
VALOR TOTAL LOTE 08: R\$ 11.367,00						
9	1	300	UN	Jaqueta de gomos (funcionários) na cor azul marinho em tecido 100% poliéster, com barra normal nos punhos e cós; bolso janela; forro em fibra na cor azul marinho em tecido 100% poliéster; Zíper de nylon destacável na cor azul marinho indo do cós até o pé da gola; Na frente lado esquerdo de quem veste deve ser bordada em suas cores originais o brasão do município, medindo aproximadamente 10cm x 10cm.	R\$ 191,26	R\$ 57.378,00
VALOR TOTAL LOTE 09: R\$ 57.5378,00						

3.4. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 002/2024, que “*Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do município de São José das Missões/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021*”.

3.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da assinatura da ata de registro de preços, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

3.6. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. FUNDAMENTAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA

O presente documento tem por finalidade específica a necessidade de proceder ao registro de valores destinados às eventuais aquisições de uniformes escolares destinados aos alunos, professores e servidores da rede municipal de ensino de São José das Missões/RS, com vistas a garantir a padronização, segurança e identificação dos integrantes da comunidade escolar, atendendo ao interesse público e aos princípios constitucionais da Administração Pública.

A aquisição de uniformes escolares encontra respaldo nos princípios norteadores da Administração Pública, que estabelece a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como diretrizes para a gestão pública. Além disso, a Constituição Federal prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) dispõe sobre a necessidade de garantir condições adequadas ao ensino, o que inclui medidas que favoreçam a organização e identidade visual das instituições de ensino.

A disponibilização de uniformes escolares para alunos, professores e servidores atende a uma série de necessidades de interesse público, tais como a identificação e segurança, pois o uso de uniformes facilita a identificação dos alunos e servidores dentro do ambiente escolar e em atividades externas, garantindo maior controle de acesso e segurança no perímetro escolar. Além disso, contribui para a redução da desigualdade social, visto que a padronização do vestuário escolar minimiza diferenças socioeconômicas entre os alunos, proporcionando um ambiente mais igualitário e inclusivo. O uniforme também promove a disciplina e a organização, reforçando o sentimento de pertencimento à comunidade escolar e incentivando o zelo pelo patrimônio público.

Outro aspecto relevante é a economia para as famílias, pois a aquisição dos uniformes pela Administração Municipal reduz os custos para os pais e responsáveis, contribuindo para a efetividade do direito à educação. A aquisição dos uniformes será precedida de estudos técnicos e financeiros que garantam a economicidade e a viabilidade da contratação, respeitando as diretrizes da Lei n.º 14.133/2021, que impõe a necessidade de planejamento e justificativa para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública. Ademais, a medida atenderá ao princípio da eficiência administrativa, pois contribuirá para a padronização da vestimenta no ambiente escolar, evitando a necessidade de fiscalizações constantes quanto ao uso inadequado de vestimentas e promovendo maior organização.

Diante do exposto, resta evidenciado que a futura e eventual aquisição de uniformes escolares para alunos, professores e servidores da rede municipal de ensino de São José das Missões/RS se justifica pela necessidade de promover a segurança, igualdade, organização e identificação no ambiente escolar. Trata-se de medida que atende ao interesse público e se fundamenta nos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública. Assim, recomenda-se a continuidade dos trâmites administrativos necessários à viabilização da aquisição, sempre em observância às normas pertinentes e aos princípios da economicidade, eficiência e legalidade.

4.3. PREVISÃO NO PCA

O Plano de Contratação Anual - PCA é um instrumento gerencial que permite especificar o detalhamento das ações em termos de serviços, responsáveis, prazos, tarefas, insumos e custos necessários para a entrega das metas físicas anuais, compondo os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual (LOA). O Município de São José das Missões regulamentou o PAC através do Decreto 052/2023 e a referida contratação se encontra.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto licitado tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1. SUSTENTABILIDADE

Deverá ser recomendado ao licitante vencedor, conforme previsão neste instrumento, que a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade no fornecimento dos itens, conforme orientações do art. 6º da IN nº01/2010 (Compras Sustentáveis).

6.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas específicas.

6.3. VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

6.4. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

a) Após a definição da empresa vencedora do certame, a sessão será suspensa, e esta deverá enviar uma amostra de cada item dos uniformes/jalecos, exatamente como serão entregues, incluindo bordados/serigrafia, em conformidade com o descritivo e os modelos especificados no Anexo I do Edital – Especificações Técnicas, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do encerramento da fase de lances e da homologação do resultado. A Comissão de

Avaliação, designada para essa finalidade, realizará a análise das amostras no prazo de 02 (dois) dias corridos e encaminhará o Laudo Técnico ao Setor de Licitações, sendo que, em caso de reprovação da amostra, a empresa será automaticamente desclassificada e a segunda colocada será convocada para o envio de sua amostra, seguindo esse procedimento sucessivamente até que uma empresa seja declarada vencedora.

b) No encerramento das avaliações as peças dos vestuários da empresa vencedora que forem para análise, ficarão com a Comissão para futuras verificações na entrega.

c) As amostras deverão vir identificadas com o nome da empresa, o número do item e o número do CNPJ.

d) Após análise da Comissão será anexado no site do Município, os Laudos das Amostras, em até 12 (doze) horas, onde as empresas deverão acompanhar.

e) Proclamado um vencedor do certame será marcado nova data para prosseguimento com a habilitação, onde será definido já em ata no dia da abertura.

f) Os uniformes deverão ser entregues em embalagens plásticas transparentes, contendo 01 (uma) peça de cada item separado por escola e/ou secretaria, contendo: o nome do aluno/professor/servidor, a escola e secretaria e o tamanho.

g) A empresa vencedora do certame licitatório será responsável por vir ao município, em cada escola e secretaria, e fazer as medições nos alunos/professores/servidores individualmente, onde será fornecida uma planilha com o nome, sexo e quantidade de peças, para a mesma realizar as provas, pois cada empresa tem suas modelagens e tamanhos,

h) A vencedora deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração para agendamento e cronograma, para AS VISITAS em cada escola e Secretaria, onde irão realizar as provas, pois somente após a realização e levantamento de tamanhos e confirmação de quantitativos que poderão ser confeccionados os uniformes;

i) Não será admitido a cobrança de qualquer valor adicional, que não seja o valor homologado, inclusive a vinda ao município para as medições e provas dos uniformes é de inteira responsabilidade da empresa vencedora onde deverá estar junto ao preço orçado.

6.5. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

6.6. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1.1. Os itens da presente licitação deverão ser entregues de forma parcelada pelas empresas vencedoras sem ônus ao Município de São José das Missões/RS.

7.2. PRAZO

7.2.1. O prazo de entrega será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação ou da emissão do empenho, de forma parcelada, de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

7.3. LOCAL

7.3.1. Os itens devem ser entregues junto a Sec. Mun. da Administração do Município de São José das Missões/RS. A contratada será responsável pela mão-de-obra necessária para o descarregamento dos materiais.

7.4. HORÁRIO

7.4.1. Os uniformes deverão ser entregues durante o horário comercial, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

7.5. DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

7.5.1. Quando se fizer necessária a substituição dos objetos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos solicitados.

7.5.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos objetos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.

8 - MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Fiscalização

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal nº 003/2024).

8.7. Fiscal de Contrato

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 003/2024).

8.7.2. O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º e Decreto Municipal nº 003/2024).

8.8. Gestor do Contrato

8.8.1. Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada analisando dados e informações fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades da Administração. (Decreto Municipal nº 003/2024).

9 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. PRAZO DE PAGAMENTO

9.1.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias contados da emissão da Nota Fiscal, relativo aos objetos/produtos entregues no período e aceito pelo responsável pelo recebimento do objeto.

9.2. FORMA DE PAGAMENTO

9.2.1. O pagamento será efetuado em nome da empresa vencedora do certame, através de cheque nominal, transferência bancária em conta corrente do vencedor ou através de TED.

9.2.2.A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

9.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.4. Ficam obrigadas as pessoas jurídicas a informar com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 o enquadramento legal e percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço a que se sujeitam à retenção do IR, sobre o valor total do documento fiscal, o referido embasamento e percentual deverá constar no corpo da nota fiscal.

9.2.5. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.2.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

10.1. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A forma de realização referente as consultas no que diz respeito as documentações de habilitação e demais documentos, está prevista em edital.

I - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

II - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

III - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

IV - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, com exceção documentos de identidade e contrato social.

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

IV - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

V - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VI - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

VII - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

II - Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; emitida pela Receita federal do Brasil;

III - Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

IV - Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

V - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI - Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, ICMS/ISS: Inscrição Estadual ou Municipal, caso tenha, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. A inscrição do cadastro Estadual ou municipal deverá ser comprovado com o documento legível impresso e NÃO com o Código QR, sendo passível de **desclassificação**.

VII - Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

10.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.5. ATESTADO/DECLARAÇÃO

I – O proponente deverá apresentar **Atestado ou Declaração de capacidade técnica** emitida por órgão público ou órgão privado (pessoa física ou pessoa jurídica), em papel timbrado no caso de órgão público, assinado com firma reconhecida em cartório no caso de órgão privado, onde consta a qualidade dos objetos ofertados.

11 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

11.1. Em licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos objetos registrados, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal n.º 004/2024:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Adotar-se-á para fins de Edital o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (EMPRESA)

- a) Entregar os objetos citados, conforme determinado neste instrumento e documentos ou ordens de serviço futuros, expedidos pelo CONTRATANTE;
- b) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato;
- c) manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sendo que o não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão do pagamento e aplicação de sanções previstas neste contrato; o qual poderá ser rescindido nos termos do artigo 138 previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

- d) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- e) ocorrendo à rescisão do contrato, por qualquer motivo, fica a CONTRATANTE desobrigada de qualquer indenização;
- f) o descumprimento das obrigações assumidas no contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

13 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MUNICÍPIO)

- a) Autorizar a entrega dos produtos;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- c) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- d) Efetuar o pagamento devido.

14 - SANÇÕES

14.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas:

I - ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

II - MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

a) Para inconformidade LEVE

Será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a.1.) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- a.2.) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

b) Para inconformidade MODERADA

Será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- b.1) prestação do serviço em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b.2) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b.3) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

c) Para inconformidade GRAVE

- c.1) Será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c.2) Será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c.3) Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

d) Para inconformidade GRAVÍSSIMA

- d.1) Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto.
- d.2) Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- d.3) Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da execução dos serviços objeto desta contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

IV - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima ou 2 (duas) infrações enquadradas como grave ou 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 002/2024 ou 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, ou, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

- a) Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.
- b) As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.
- c) Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DARM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo máximo estimado, total da contratação é de **R\$ 497.606,00**

16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito

2003 33903000000000 1500 R\$ 77.248,08.

03 – Sec. Mun. da Administração

2005 33903000000000 1500 R\$ 55.249,47

04 – Sec. Mun. da Fazenda

2006 33903000000000 1500 R\$ 41.750,33

05 – Sec. Mun. da Agricultura

2007 33903000000000 1500 R\$ 316.324,74

06 – Sec. Mun. da Educação

2079 33903000000000 1500 R\$ 119.652,61

2079 33903000000000 1550 R\$ 44.089,75

07 – Sec. Mun. da Saúde

2092 33903000000000 1500 R\$ 204.853,27

08 – Sec. Mun. da Assistência Social

2041 33903000000000 1500 R\$ 22.63,01

09 – Sec. Mun. de obras, Urbanismo e Viação

2048 33903000000000 1500 R\$ 467.040,00

11 – Sec. Mun. do Meio Ambiente

2054 33903000000000 1500 R\$ 18.802,09

12 – Sec. Mun. da Cultura, Turismo e Desporto

2058 33903000000000 1500 R\$ 66,15

2057 33903000000000 1500 R\$ 2.738,78

13 – Sec. Mun. do Planejamento

2143 33903000000000 1500 R\$ 21.000,00

14 – Sec. Mun. de Água

2049 33903000000000 1500 R\$ 20.000,00

SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, 16 DE JULHO DE 2025.

GILMAR WEBER TOLFO

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025.**

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO: UNIFORMES ALUNOS.

LOTE 01 – CAMISETA MANGA CURTA E MANGA LONGA

1.1 - Camiseta manga curta, modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280gm na cor azul marinho. Nas mangas uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça; nas costas deverá ser serigrafado a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES – RS, na cor branca em tamanho proporcional a peça.



1.2. Camiseta manga longa, modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280gm. Punhos em ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280gm; na cor azul marinho. Nas mangas uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça; nas costas deverá ser serigrafado a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS na cor branca em tamanho proporcional a peça.



LOTE 02 – CALÇA MASCULINA E CALÇA FEMININA

2.1 - Calça masculina em tecido 100% poliamida com gramatura mínima de 240 gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós com elástico e cordão. Bolsos laterais convencionais e bolso traseiro. No lado direito da calça, de forma centralizada, na altura do bolso deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;

FRENTE



VERSO

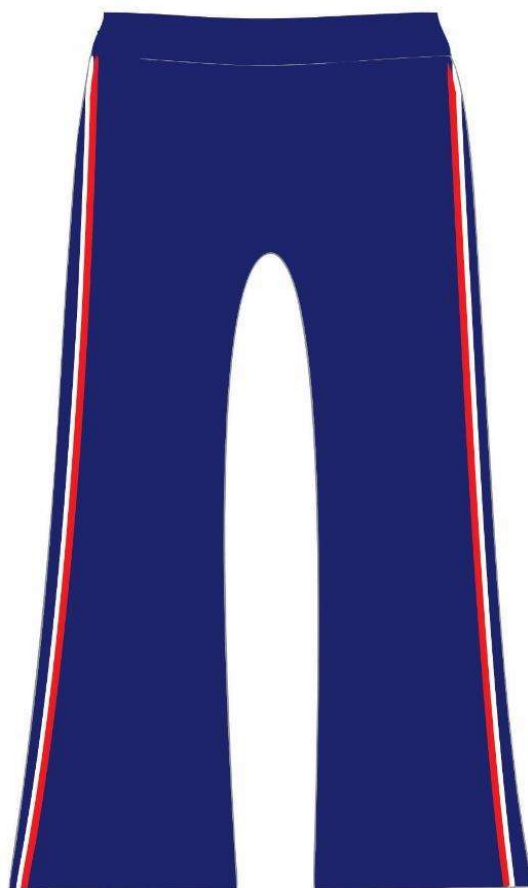


2.2 - Calça feminina, no modelo flare em tecido 88% poliamida e 12 % elastano com gramatura de 360gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós de aproximadamente 7 cm com meio elástico de 4 cm de largura. No lado direito da calça, de forma centralizada, deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;

FRENTE



VERSO



LOTE 03 – BLUSÃO COM MANGAS

3.1. - Blusão com mangas, raglan em tecido 100% poliamida com gramatura de 240 gm na cor azul marinho, com ribana nos punhos e cós. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça; nas costas deverá ser serigrafado a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS na cor branca em tamanho proporcional a peça. Do ombro até o punho deverá possuir uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm.

FRENTE



VERSO



LOTE 04 – JAQUETA DE GOMOS

4.1. - Jaqueta de gomos na cor azul marinho em tecido 100% poliéster, com barra normal nos punhos e cós; bolso janela; Forro em fibra na cor azul marinho em tecido 100% poliéster; Zíper de nylon destacável na cor azul marinho indo do cós até o pé da gola; Na frente lado esquerdo de quem veste deve ser bordada em suas cores originais a logo da Secretaria de Educação, medindo aproximadamente 10 cm x 10

FRENTE



VERSO



LOTE 05 – BERMUDA FEMININA E BERMUDA MASCULINA

5.1. - Bermuda feminina, em tecido 88% poliamida e 12 % elastano com gramatura de 360gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós de aproximadamente 7 cm com meio elástico de 4 cm de largura. No lado direito da bermuda, de forma centralizada, deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;

FRENTE



VERSO



5.2. - Bermuda masculina, em tecido 100% poliamida com gramatura de 240 gm na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha na lateral de 1 cm de largura sobreposta em tecido 100% poliéster com gramatura de 120gm. Cós com elástico e cordão. Bolsos laterais convencionais e bolso traseiro. No lado direito da calça, de forma centralizada, deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria de Educação nas suas respectivas cores originais, com tamanho proporcional a peça;

FRENTE



VERSO



DESCRIÇÃO: UNIFORMES PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO):

LOTE 06 – CAMISETA MANGA CURTA

6.1. - Camiseta manga curta, modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280 gmn, na cor azul marinho. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria Municipal de Educação nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm. Para os demais funcionários deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o brasão do Município nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm.

FRENTE



VERSO



LOTE 07 – JAQUETA DE GOMOS

7.1. - Jaqueta de gomos (professores) na cor azul marinho em tecido 100% poliéster, com barra normal nos punhos e cós; bolso janela; Forro em fibra na cor azul marinho em tecido 100% poliéster; Zíper de nylon destacável na cor azul marinho indo do cós até o pé da gola; Na frente lado esquerdo de quem veste deve ser bordada em suas cores originais a logo da Secretaria de Educação, medindo aproximadamente 10 cm x 10 cm.

FRENTE



VERSO



DESCRIÇÃO: UNIFORMES FUNCIONÁRIOS (DEMAIS SECRETARIAS):

LOTE 08 – CAMISETA MANGA CURTA

8.1. - Camiseta manga curta, modelo raglan em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose com gramatura mínima de 160gm. Corpo e mangas na cor azul marinho com uma listra na cor branca e uma listra na cor vermelha de 1cm de largura. Gola redonda de ribana sanfonada na composição 66% poliéster, 32% viscose e 2% de elastano com gramatura mínima de 280 gmn, na cor azul marinho. Na frente centralizado deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o símbolo da Secretaria Municipal de Educação nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm. Para os demais funcionários deverá ser aplicado pelo processo de serigrafia o brasão do Município nas suas respectivas cores originais, medindo 8 cm x 9 cm.

FRENTE



VERSO



LOTE 09 – JAQUETA DE GOMOS

9.1. - Jaqueta de gomos (funcionários) na cor azul marinho em tecido 100% poliéster, com barra normal nos punhos e nós; bolso janela; forro em fibra na cor azul marinho em tecido 100% poliéster; Zíper de nylon destacável na cor azul marinho indo do nós até o pé da gola; Na frente lado esquerdo de quem veste deve ser bordada em suas cores originais o brasão do município, medindo aproximadamente 10cm x 10cm.



SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, 16 DE JULHO DE 2025.

GILMAR WEBER TOLFO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0...../2025.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.410.463/0001-40, com sede na Av. 20 de março, 1485, centro, Município de São José das Missões/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **GILMAR WEBER TOLFO**, considerando o julgamento da Licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2025, Processo Licitatório nº 054/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, neste ato representada pelo Proprietário, conforme documentação apresentada nos autos atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Executivo Municipal nº 004/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares para alunos, professores e servidores do Município de São José das Missões/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Dados da empresa						
Item	Especificações	Quantidade	Unidade	Marca	Valor unitário	Valor Total

3 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O presente processo licitatório, na modalidade de registro de preços, destina-se exclusivamente à futura e eventual aquisição de aquisição de uniformes escolares para alunos, professores e servidores do Município de São José das Missões/RS. Em virtude da especificidade do objeto e da necessidade de assegurar o atendimento exclusivo às demandas municipais, não será permitida a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos ou entidades públicas, limitando-se sua utilização ao ente contratante, conforme prevê o artigo 22, § 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

4 - VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 - CONDIÇÕES E ENTREGA

5.1. Os objetos da presente licitação deverão ser entregues de forma parcelada, quando solicitado, sem ônus ao Município de São José das Missões/RS.

6 - PRAZO

6.1. O prazo de entrega será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação ou da emissão do empenho, de forma parcelada, de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

7 - LOCAL

7.1. Os itens devem ser entregues junto a Sec. Mun. da Administração do Município de São José das Missões/RS, durante o horário de expediente. A contratada será responsável pela mão-de-obra necessária para o descarregamento dos materiais.

8 - DA SUBSTITUIÇÃO DOS OBJETOS

8.1. Quando se fizer necessária a substituição dos objetos que apresentarem vício ou defeito deverão ser substituídas por outros, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos solicitados.

8.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos objetos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.

9 - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, nos termos das cláusulas pactuadas e das disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, suspensão ou paralisação do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante anotação por apostila.

9.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser formalizadas por escrito sempre que a natureza do ato assim exigir, admitindo-se o uso de meio eletrônico para tal fim.

9.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção imediata de providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização, contendo diretrizes sobre as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização e as sanções aplicáveis.

9.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) ou seus substitutos legais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 003/2024.

9.7. As questões relacionadas à gestão do contrato, incluindo análise de dados e informações fiscais sobre a execução do objeto, avaliação da qualidade da prestação dos serviços e verificação das condições contratuais, deverão ser submetidas ao gestor do contrato. Compete a este zelar pela economicidade e pelo atendimento ao planejamento da Administração,

promovendo as medidas necessárias para a manutenção do equilíbrio contratual e a adequada execução do ajuste.

10 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias após a emissão da Nota Fiscal, relativo aos objetos entregues e aceitos pelo responsável.

10.2. O pagamento será efetuado em nome da empresa vencedora do certame, através de cheque nominal, transferência bancária em conta corrente do vencedor ou através de TED.

10.3. A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. Ficam obrigadas as pessoas jurídicas a informar com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 o enquadramento legal e percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço a que se sujeitam à retenção do IR, sobre o valor total do documento fiscal, o referido embasamento e percentual deverá constar no corpo da nota fiscal.

10.6. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 - VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.2. A entrega dos produtos com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio físico ou através de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

11.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12 - ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em razão de variações de mercado, bem como por fato superveniente que eleve os custos dos objetos registrados, nas seguintes hipóteses:

I - Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições normativas que impactem os preços registrados;

II - Existência de cláusula de reajuste ou repactuação prevista no edital ou no aviso de contratação direta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, respeitada a periodicidade e o índice previstos;

III - Pedido de repactuação formulado pelo interessado, conforme critérios estabelecidos no edital.

12.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor para negociação visando à adequação dos valores. Caso este não aceite reduzir o preço ao patamar de mercado, será liberado do compromisso sem aplicação de penalidades, e serão consultados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar sua aceitação em praticar os novos valores. Não havendo êxito, proceder-se-á ao cancelamento da ata de registro de preços e à adoção das medidas cabíveis para garantir a contratação mais vantajosa.

12.3. Caso o preço de mercado torne-se superior ao registrado, o fornecedor poderá requerer sua atualização, mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize o cumprimento das obrigações pactuadas. O pedido deverá ser instruído com documentação comprobatória ou planilha de custos demonstrando a necessidade de revisão. Na ausência de comprovação, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

13.1.2. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023 ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.3. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.2. O cancelamento de registros de preços será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.4.1. Por razão de interesse público;

13.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

14 - DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

15 - CONDIÇÕES GERAIS E DO FORO

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao edital.

15.2. É competente o Foro da Comarca de Palmeira das Missões (RS) para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São José Das Missões/RS, de de 2025.

GILMAR WEBER TOLFO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Sr.

Sec. Mun. Da

Fiscal da Contratação e Gestor

EMPRESA
Representante da Empresa
VENCEDORA

Testemunhas:

1a _____

2a _____